



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 14 de março de 2018

A assistência financeira da UE à Turquia teve pouco efeito, afirmam os auditores

A assistência financeira da UE à Turquia, que visa o alinhamento do país com a legislação da UE, teve pouco efeito, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Os auditores afirmam que, embora a assistência tenha sido bem concebida, o financiamento não supriu de forma satisfatória algumas das necessidades fundamentais nos setores do Estado de direito e da governação, em que algumas reformas essenciais estão em atraso. Nos domínios em que existiu maior vontade política, por exemplo nas alfândegas, no emprego e na fiscalidade, os projetos contribuíram para o alinhamento da Turquia com a legislação da UE. Contudo, os resultados poderão não ser sustentáveis devido a dificuldades em despendar os fundos e a retrocessos nas reformas.

A assistência financeira da UE à Turquia prevista para o período de 2007 a 2020 através do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão eleva-se a mais de 9 mil milhões de euros. A auditoria centrou-se nos setores prioritários do Estado de direito, da governação e dos recursos humanos (educação, emprego e políticas sociais), que dispuseram de uma dotação orçamental de 3,8 mil milhões de euros.

A auditoria permitiu constatar que a Comissão fixou objetivos para o financiamento que eram específicos e coerentes com o quadro jurídico. Os objetivos relativos aos setores do Estado de direito, da governação e dos recursos humanos eram pertinentes e baseados nas necessidades identificadas pela Turquia a fim de se alinhar com a legislação da UE e de reforçar as suas capacidades administrativas.

Segundo afirmam os auditores, porém, na realidade os fundos despendidos praticamente não supriram algumas necessidades fundamentais, concretamente a independência e a imparcialidade do sistema judicial, a luta contra a corrupção de alto nível e a criminalidade organizada, a liberdade de imprensa, a prevenção de conflitos de interesse e o reforço da auditoria externa e da sociedade civil. Os auditores afirmam que, de acordo com a análise da própria Comissão, os progressos nestes domínios têm sido insatisfatórios desde há vários anos devido à falta de vontade política nesse sentido por parte das autoridades turcas.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

"A partir de 2018, a Comissão deve orientar melhor o financiamento à Turquia nos domínios em que as reformas necessárias ao progresso credível no sentido da adesão à UE estão em atraso", afirmou **Bettina Jakobsen, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório.**

A auditoria constatou que a Comissão decidiu apoiar reformas ao nível do setor em vez de projetos isolados mas que as avaliações setoriais nem sempre foram exaustivas, designadamente no caso da coordenação dos doadores, da análise orçamental e da avaliação do desempenho.

Os auditores afirmam também que a aplicação de condições de financiamento pode contribuir para estimular as reformas mas que, apesar dos progressos continuamente insatisfatórios, a Comissão raramente recorreu à condicionalidade para apoiar as reformas nos setores prioritários. Em especial, a Comissão quase nunca utilizou condições como a opção de reconcentração da gestão dos projetos ou medidas corretivas se as condições do projeto não fossem cumpridas. Acresce que a possibilidade de suspender o financiamento se os princípios da democracia e do Estado de direito não fossem cumpridos não foi expressamente prevista nos regulamentos.

Os projetos auditados produziram, em geral, as realizações esperadas, o que contribuiu para o alinhamento da Turquia com a legislação da UE e para o reforço das suas capacidades administrativas, apesar dos frequentes atrasos. Contudo, segundo os auditores a sustentabilidade destes resultados positivos está em risco, sobretudo devido à falta de vontade política, uma situação agravada ainda pela vaga generalizada de despedimentos e suspensões de funcionários públicos e de restrições à sociedade civil.

A demora registada no programa de financiamento, resultante dos atrasos acumulados generalizados na programação e execução, constitui outro motivo de preocupação. Esta situação levou a reduções no financiamento e tempo disponíveis para que as autoridades turcas executassem os projetos subsequentes, e irá contribuir para criar ainda mais atrasos nos concursos e na adjudicação de contratos no futuro. As razões dos referidos atrasos eram conhecidas: as fracas capacidades administrativas de alguns ministérios durante a elaboração das propostas, a transição para a abordagem setorial e a excessiva rotação do pessoal da unidade responsável pela contratação, que gere a maior parte dos fundos da UE na Turquia.

O relatório apresenta várias recomendações tendentes a melhorar a criação e execução da assistência de pré-adesão à Turquia. Além disso, os resultados da auditoria serão tidos em conta pela Comissão na revisão intercalar do financiamento, bem como na criação de futuros programas de assistência aos países candidatos e potenciais candidatos à adesão.

O Relatório Especial nº 7/2018, intitulado "Assistência de pré-adesão prestada pela UE à Turquia: poucos resultados até à data" está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.